

A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional

A Geopolitic of Dependency as a strategy for
brazilian integration in the International System

EDU SILVESTRE DE ALBUQUERQUE | silvestre@uepg.br

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina
e Professor adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Paraná, Brasil.

Resumo O pensamento geopolítico clássico foi praticamente abolido do discurso acadêmico universitário, associado ao pangermanismo e a governos autoritários. Entretanto, nota-se sua permanência nas ciências políticas estadunidenses, justamente o país que é hoje o *hegemon* do Sistema Internacional. No Brasil, o pensamento geopolítico ficou quase que restrito à corporação militar, fato que não o impediu de estar quase sempre atrelado aos interesses maiores da hegemonia estadunidense. Ainda assim, a permanência de assimetrias político-militares do Sistema Internacional e o reforço da posição econômica periférica brasileira demonstram a necessidade de estratégias geopolíticas inovadoras para balizar as ações externas e internas do Estado brasileiro. **Palavras-chave** Geopolítica, Teoria da Dependência, Estratégias de Defesa.

Abstract The thought classic geopolitic was abolished practically of the geographical speech, associate to the pangermanismo and authoritarian governments. However, it is noticed sweets permanences in the North American political sciences, exactly the country that is the hegemon of the Internation System today. In Brazil, the thought geopolitic was almost that restricted to the military corporation, fact that didn't impeded of being from the beginning harnesssed to the larger interests of the North American hegemon. **Keywords** Geopolitics, Theory of the Dependence, Strategies of Defense.

Introdução

As formações territoriais brasileira e estadunidense apresentam uma história de paralelismos; ambas foram constituídas mediante projetos expansionistas a partir de uma base geográfica originalmente restrita à faixa atlântica. Mas a construção das estratégias geopolíticas externas é que fizeram toda a diferença, influenciando na própria evolução econômica dos dois países e na posição que ocupam no sistema internacional; enquanto o país do Norte edificou uma potência econômica e militar terrestre-marítima e impôs sua hegemonia sobre o sistema internacional, o país do Sul permanece constringido ao cenário regional e resignado à sua condição periférica (Fiori, 2007; Harvey, 2004).

A razão periférica brasileira no contexto do projeto de hegemonia estadunidense já é perfeitamente reconhecida em todo o espectro político da intelectualidade política brasileira (Cardoso, 1969; Guimarães, 2005), inclusive no viés da dependência da política externa nacional (Moniz Bandeira, 1999). A lacuna bibliográfica é quanto ao papel do pensamento geopolítico oficial brasileiro na construção e justificativa desta razão periférica e aliada das estratégias ocidentais. Neste ensaio, explicitamos esses elementos geopolíticos e estratégicos formulados pela intelectualidade próxima do poder que configuram a produção desta razão periférica brasileira, e que será chamada doravante de “Geopolítica da Dependência”.

Situando o problema intelectual brasileiro

A intelectualidade brasileira sempre foi apressada e profundamente apegada aos modismos intelectuais europeus, talvez por sua confiança extrema no projeto de modernização ocidental, talvez também pela facilidade e comodidade dos atos imitadores. Assim, aqueles que adotam os referenciais teórico-metodológicos mais recentes produzidos no ocidente encontram a vantagem de proceder a crítica àqueles que ainda produzem com os paradigmas copiados em momentos anteriores. Ocorre que, assim procedendo, consideramos prematuramente encerrados mesmo aqueles debates que apresentam potencial de uso acadêmico e político interno, e isto é particularmente válido para países periféricos que ainda não completaram seu processo de construção nacional.

Nesse sentido, a implantação da ideologia da globalização (abertura comercial e redução das atividades de planejamento econômico pelo Estado) e a construção das interpretações acadêmicas desse processo representam apenas o corolário dessa característica de colonialidade do saber. Não se quer aqui entrar no debate sobre a realidade do processo de globalização, o que seria algo insano, mas questionar a aceitação acrítica de determinado modelo de globalização, tal como emanado dos países centrais e instituições reguladoras do mundo ocidental.

Foi assim que economistas e políticos chilenos próximos do poder correram para implantar o receituário neoliberal emanado a partir do governo Ronald Reagan, antes mesmo da Inglaterra de Margareth Thatcher. Os cientistas sociais brasileiros também não ficaram para trás, apressando-se em analisar as características desse anunciado e admirado mundo novo, tais como Octavio Ianni (1992) com o conceito de “sociedade civil mundial” e Renato Ortiz (1994) com a categoria de “cultura internacional-popular”.

Rapidamente essa pauta das ciências sociais formou novo consenso no meio acadêmico, alcançando questionar o próprio conceito de “equilíbrio de poder” no sistema internacional como “necessidade” no contexto de um mundo em rápida transformação. Mas como a governança global é ainda um mito, esse novo consenso não faz mais que o jogo neoliberal que prega a submissão da política ao funcionamento do mercado e a submissão dos países periféricos aos centrais pela manutenção das assimetrias econômicas, políticas e militares do sistema internacional.

Na ciência geográfica esse novo consenso materializa-se na emergência das teorias de desenvolvimento local e ambiental em detrimento do planejamento global de Estado nacional, e na leitura culturalista quase antropológica em detrimento da ideia de modernização. E também nos esforços de dissociação entre geografia política e geopolítica clássica, a primeira entendida como moderna, a segundo como anacrônica. Com efeito, como a geopolítica é indissociável das estratégias do Estado nacional no controle do território e/ou projeção de poder para o exterior, a geografia política traz a ruptura com a “visão centralista e unitária” do Estado nacional em nome do desvelamento das diversas estratégias espaciais de poder de uma plêiade quase infinita de atores e instituições.

É impossível deixar de perceber que esse novo consenso fabricado entre os geógrafos – ainda que baseado apenas na negação dos discursos geográficos associados ao Estado-nação –, se aproxima da proposta de desconstrução de todas as relações de poder tão em voga entre os sociólogos e filósofos pós-modernos. Esperando reconhecimento de seu estatuto científico num mundo que passa por

profundas mudanças, os geógrafos tem enveredado por temas cada vez mais variados, se aproximado perigosamente da antropologia e da ciência política ao ponto de colocar em xeque a própria unidade do objeto de estudo geográfico.

Na geografia política isso significa o estudo das estratégias espaciais das instituições religiosas para arrebanhar fiéis, dos candidatos e partidos políticos para arregimentar eleitores, dos atores fronteiriços interessados na cooperação econômica, e assim por diante, mas invariavelmente abandonando a riqueza da análise do território enquanto múltiplas determinações para afirmar-se enquanto ciência-auxiliar na determinação da espacialidade dos fenômenos sociais que constituem o objeto das demais ciências sociais¹.

Evidente que essa nova agenda da geografia em geral, bem como da geografia política em particular, não constitui um problema em si, mas o quase desaparecimento de trabalhos geográficos sobre as estratégias territoriais dos Estados nacionais atuais sim. E nas raras exceções em que esse é o enfoque, a perspectiva é radicalmente crítica, quase ingênua, pois leva a crer que sem Estado o mundo seria algo melhor.

Os novos conceitos da geografia política apresentam graves problemas epistemológicos, caso da dificuldade de definição e delimitação das zonas transfronteiriças em relação às soberanias estatais, caso da reificação da ideia-força de “economia-mundo” com a desvalorização de seu constructo político em nome do determinismo de suas estruturas técnicas hegemônicas. Em síntese, a geografia política atual é incapaz de perceber o conteúdo ideológico do discurso da “abertura de mercados” presente nessa forma quase metafísica de compreender a “economia-mundo”².

1 São poucas as vozes destoantes entre os geógrafos brasileiros que ainda não capitularam diante do comodismo desse novo consenso, como André Roberto Martin (USP) quando defende a necessidade da diplomacia brasileira assumir as condicionantes geográficas da meridionalidade (contra a dependência industrial do Norte) e tropicalidade (fomentando a cooperação com países na mesma faixa climática). Mas, no geral, a geopolítica se manteve viva na geografia apenas em trabalhos de cunho mais histórico (de resgate do papel da geopolítica no mundo e no Brasil), tais como os desenvolvidos por Leonel Itaussu Almeida Mello, Shigenoli Miyamoto, Manuel Correia de Andrade e Wanderley Messias da Costa.

Essa omissão dos geógrafos deu espaço para o novíssimo campo das Relações Internacionais. Diversas universidades brasileiras possuem núcleos de estudos estratégicos, que em grande medida se confundem com a própria institucionalização das Relações Internacionais (UNICAMP, UFF, UFRGS, UFJS, UFAC, etc.). As publicações na área também são diversas, destacando-se as revistas acadêmicas Estudos Avançados, Carta Internacional, Revista Brasileira de Política Internacional, Contexto Internacional, Política Externa, dentre outras. Mas outra vez o tom desses núcleos de pesquisa é quase sempre a produção do consenso a partir de uma definição de relações internacionais que envolvem desde atores estatais até indivíduos de “cidadania mundial”, além de assumirem uma postura de pseudo-neutralidade que faz o jogo da manutenção do *status quo* internacional.

2 Com o desmoronamento do modelo da bipolaridade do sistema internacional, a teoria do “fim do Estado Nacional” do cientista político Kenich Ohmae (1999) representou o novo viés geográfico do paradigma do “fim da História” apregoado

A geopolítica clássica morreu?

Embora as estratégias geopolíticas sejam tão antigas quanto a formação do fenômeno estatal ou civilizatório, o estatuto científico da geopolítica ocorre tardiamente, quando passa a ser associada intimamente aos interesses nacionais, como sinaliza a obra pioneira *Politische Geographie* (1897), do prussiano Friedrich Ratzel. O geógrafo alemão partia da premissa de que todo povo que almeja o desenvolvimento necessita de um “espaço vital”, compreendido como o território necessário para a obtenção de recursos naturais e sua transformação industrial. Dizia ainda o fundador da geografia moderna, que esta relação povo – território somente poderia ser mediada pelo organismo estatal.

Paradoxalmente, esse nascimento germânico da geopolítica moderna e, mais tarde, sua apropriação por intelectuais e militares ligados ao nazismo (caso de membros do “Círculo de Munique” do general-geógrafo Karl Haushofer), acabaria prejudicando enormemente o avanço das reflexões geopolíticas no meio acadêmico civil. Segundo o professor José William Vesentini, esta associação da geopolítica com a ideologia totalitarista nazi-fascista teria início nas décadas de 1930 e 40, através dos trabalhos dos geógrafos alemães Alfred Hettner e Leo Weibel, e a partir daí acabaria tornando-se consenso nas universidades européias e estadunidenses no pós-guerra³. Entretanto, é preciso também compreender o contexto histórico-geográfico em que se formou este consenso anti-geopolítico, que remete para bem além da corrente crítica da corporação geográfica alemã.

Nessa perspectiva, a leitura reducionista da geopolítica ao nazismo foi produto da intelectualidade francesa, extremamente crítica quanto às ideias alemãs desde a derrota do “universalismo liberal bonapartista” na guerra franco-prussiana. A interpretação do pensamento ratzeliano sob o viés do determinismo geográfico surge claramente a partir dos possibilistas franceses e, a partir daí, é que dissemina-se pela comunidade geográfica de ambos os lados do Atlântico⁴.

por Francis Fukuyama (1992), ambos apregoando a vitória do “livre-comércio mundial” e dos “regimes democráticos de estilo ocidental”.

3 Disponível em <http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>. Acessado em 10.01.2010.

4 A influência francesa na formação do pensamento geográfico acadêmico brasileiro está no intercâmbio de professores universitários, no uso de bibliografia francesa nos cursos de geografia brasileira e na procura de universidades francesas por estudantes de pós-graduação brasileiros. Uma pesquisa nos currículos lattes (CNPq) dos geógrafos brasileiros mais destacados pode comprovar a permanência desta influência francesa na geografia brasileira da atualidade.

É importante destacar que “o tiro de misericórdia” nas reflexões geopolíticas acadêmicas também principiaria de um geógrafo francês, Yves Lacoste (1988), quem rotulou os geopolíticos de serviços dos “Estados-Maiores militares e da burguesia nacional”. A partir daí essa leitura foi propagada pelos geógrafos marxistas e, novamente, cativou gerações de intelectuais por todo o mundo. Aqui, os geógrafos brasileiros demonstraram extrema receptividade ao novo modismo intelectual francês, esperando a partir dessa leitura marxista vulgar da geopolítica alcançar a própria desintegração do regime militar brasileiro; mas na prática lograram apenas ocultar o verdadeiro problema brasileiro daquele período que era a falta de debate público sobre a segurança nacional⁵.

Curiosamente, o fracasso político do marxismo-leninismo não parece ter abalado os alicerces das críticas ácidas à geopolítica. Os novos argumentos contra a geopolítica produzidos geralmente a partir da filosofia pós-moderna francesa e da sociologia aplicada estadunidense, e prontamente aceitos pelos geógrafos brasileiros, vêm envoltos em bandeiras sociais progressistas, quando na prática gestam a passividade social diante do “Grande Jogo Internacional”.

Nesse sentido, a crítica da geógrafa Iná de Castro às filosofias pós-modernas – que propõem a desconstrução radical de todas as formas de poder – é certa, ao desvelar sua ausência total de conteúdo político prático⁶. As filosofias pós-modernas, exagerando na defesa das liberdades individuais em detrimento do pólo comunitário em bases territoriais extra-locais, fazem exatamente o jogo das corporações empresariais transnacionais e de organizações não-governamentais (ONGs), todas fragmentando e anulando as possibilidades de reengenharias político-sociais profundas dos sistemas de poder⁷. Com efeito, a convulsão social haitiana, o controle violento de grupos de traficantes em comunidades urbanas brasileiras e o retorno da pirataria na costa somali anunciam em alto e bom tom os perigos do solapamento das instituições públicas e do ideal republicano.

Outro ponto de discussão necessário nos novos rumos das ciências sociais é que em nome da democratização se anula o livre debate de ideias, que deve-

5 Pode-se dizer que estas são as raízes políticas das duas décadas de política neoliberal que praticamente destruíram a indústria de defesa brasileira nos anos 1980 e 90, e que somente agora esboça promessa de reversão com as diretrizes formuladas na Estratégia Nacional de Defesa (2009).

6 Em palestra proferida na Semana de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em setembro de 2009.

7 A propalada governança global pode até gerar bom número de artigos sociológicos e políticos e que, por seu conteúdo asséptico, podem ser lidos tranquilamente pelos participantes do Fórum Social Mundial ou nos gabinetes do Banco Mundial, mas na prática tem logrado apenas o reforço das estruturas hegemônicas internacionais (Guimarães, 2005).

ria ser o princípio fundante das Humanidades. As ciências sociais não deveriam perseguir conceitos e métodos universais para alcançar a legitimidade das ciências naturais, sob pena de apagar do discurso acadêmico o estudo das condições históricas civilizacionais, nacionais e regionais diversas que pretensamente diz defender.

A geopolítica em movimento (apesar dos discursos acadêmicos)

Não obstante, as estratégias geopolíticas continuam mais vivas que nunca, formuladas principalmente a partir do centro hegemônico para justificar o contínuo aperfeiçoamento da fabulosa estrutura militar mundial edificada pelos Estados Unidos e suas ações bélicas de larga escala comandadas no Iraque e Afeganistão/Paquistão em pleno século XXI. Os interesses geopolíticos dos Estados Unidos são múltiplos, projetando-se no Oriente Médio e na Ásia Central em torno do petróleo, pela Europa do Leste através da expansão da OTAN na direção do cercamento da Rússia, e em países como Irã e Coreia do Norte para destruir seus programas nucleares autônomos, apenas para citar alguns exemplos mais conhecidos.

Outras peças também se movimentam como peões regionais, caso dos russos que voltaram (ou nunca deixaram) a considerar o Cáucaso sua “fronteira exterior”, deixando isto claro com o bombardeio às forças georgianas em 2008. Caso também dos chineses, não apenas irritados diplomaticamente com os Estados Unidos pelo apoio aberto às forças autonomistas tibetanas, mas na sempre presente questão da reincorporação de Taiwan. E em certa medida, mesmo o caso da Venezuela, que reequipa suas forças armadas e desafia abertamente a influência regional estadunidense, levanto junto nesta questão da modernização militar quase toda a América Sul.

O complexo industrial-militar é fonte de riqueza para os países centrais e de perpetuação das relações centro-periferia na compra de armas pelos últimos. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), sediando em Londres, lançou neste ano seu tradicional relatório anual, “The Military Balance 2010”, onde consta que os gastos com defesa passaram de US\$ 1,3 trilhão em 2006 (2,56% do produto global) para US\$ 1,55 trilhão em 2008 (2,6%), um recorde histórico ocorrido mesmo em meio a quase dois anos de crise econômica global. Se os países peri-

féricos abandonarem o desenvolvimento desta indústria não teremos um mundo mais justo, senão o contrário, pois será um fator a mais de debilitamento da balança de pagamentos desses países e de dependência de sua política externa.

Assim, se a geopolítica continua viva, é inevitável perguntarmos sobre a visão estratégica e as ambições brasileiras em relação à política de defesa, bem como sobre a inserção global e tipo de equilíbrio de poder que o país imagina para o mundo.

A geopolítica oficial brasileira

O período da independência brasileira até a consolidação do Estado nacional é marcado pela herança geopolítica da coroa portuguesa, expressa no controle da foz do Rio do Amazonas e do curso de seus afluentes principais e na defesa da livre-navegação dos rios da Bacia do Prata e inclusive com a breve posse da Província Cisplatina (Andrade, 2001). A própria rivalidade entre Brasil e Argentina e seus projetos de satelitização dos Estados platinos de menor dimensão territorial podem ser interpretados como passivos geopolíticos das disputas entre as coroas castelha e portuguesa.

Mas a geopolítica brasileira também adquiriu seus elementos próprios, e que não se resumem apenas à continuidade do expansionismo territorial (Questão do Acre, 1903) e da interferência em assuntos internos dos países da região em período republicano adentro. A defesa militarizada das fronteiras consorciada da expansão econômica pelos países vizinhos seria o corolário da geopolítica republicana, e que se faz cada vez mais presente na atualidade com os acordos integracionistas comerciais e de infraestrutura e o uso dos recursos energéticos daqueles países.

Assim, as estratégias geopolíticas antecedem a institucionalização da geopolítica no Brasil, cujas reflexões acadêmicas se iniciam tardiamente com os trabalhos pioneiros do professor e geólogo Everardo Beckhauser, na década 1920. Entretanto, o avanço da geopolítica brasileira ocorre fundamentalmente no meio militar, quando se torna "mais pragmática" por ligar-se aos "assuntos de Estado" (Costa, 2008). Daí que, entre as décadas de 1930 e 60, emerge uma "geopolítica oficial" brasileira, produzida por um seletivo grupo intelectual ligado às elites econômicas e políticas, geralmente articulado ao setor militar ou diretamente dele proveniente. Deste período, datam as publicações principais dos oficiais Mário

Travassos (1938) e Golbery do Couto e Silva (1967), ainda que este último quase sempre apenas lembrado por seu papel na organização do sistema interno de repressão do regime militar brasileiro.

Com a redemocratização em meados da década de 1980, esse grupo geopolítico vai perder poder de influência na política externa, mas ainda continua participando ativamente das políticas de defesa, especialmente a partir da produção da Escola Superior de Guerra (ESG), embora tenha que compor com especialistas civis e políticos. Assim, argumentamos que é possível identificar certos traços de continuidade no pensamento geopolítico oficial durante esse longo período compreendido entre as décadas de 30 e a atual, cuja agenda converge para três linhas de raciocínio basilares: a) a questão da unidade/integração nacional; b) a defesa das fronteiras terrestres contra eventuais agressões de países vizinhos; c) a importância da manutenção das linhas de comunicação do Atlântico Sul. Esses verdadeiros objetivos nacionais permanentes se refletiram e refletem nas projeções de poder do Estado brasileiro, tanto em sua dimensão interna quanto externa.

De onde surgiram esses objetivos nacionais permanentes? A consolidação do regime republicano e a estabilização dos limites fronteiriços do país haviam representado o sepultamento da política externa agressiva de cunho expansionista, mas a questão da integração nacional continuava dentre as preocupações principais dos geopolíticos brasileiros, e para além destes, pois permanecem até hoje na questão do desenvolvimento regional e expansão das infraestruturas físicas de integração nacional.

Na questão do fortalecimento militar das fronteiras como estratégia de vivificação das faixas de fronteira esta foi seguida de perto por Estados vizinhos, especialmente a Argentina que até a Guerra das Malvinas mantinha suas forças armadas concentradas nas proximidades das fronteiras brasileiras. Assim, a Guerra Fria e a bipolarização ideológica do mundo não impediram a continuidade de disputas geopolíticas regionais, caso entre Brasil e Argentina. Embora esse tensionamento das fronteiras tenha diminuído sensivelmente na Bacia do Prata em razão da integração comercial estabelecida com o Mercosul, foi quase que simultaneamente transferido para as fronteiras amazônicas no atual esforço político-militar de evitar a infiltração de elementos não-nacionais naquela região.

Esse movimento de fortalecimento das regiões fronteiriças, tanto da militarização dos limites de fronteira quanto do desenvolvimento econômico das regiões periféricas, sempre foi percebido pelos geopolíticos militares brasileiros como etapa indissociável da projeção de poder no subcontinente, inclusive alcançando o

convencimento do corpo político da nação no apoio a esta empreitada. No livro *Projeção Continental do Brasil*, Mário Travassos (1938) defende políticas de desenvolvimento do Centro-Oeste e Noroeste para articular as redes de transporte do núcleo industrial brasileiro (Região Sudeste) ao *heartland* continental (Bolívia e Paraguai), e assim garantir ao país a exploração dos recursos minerais e energéticos sul-americanos. Na atualidade, os fundos constitucionais de desenvolvimento regional e o acesso aos recursos energéticos bolivianos (gás natural) e paraguaios (hidroeletricidade) não deixam de representar a realização dessa visão estratégica manifestada por Travassos⁸.

A Amazônia do discurso geopolítico oficial

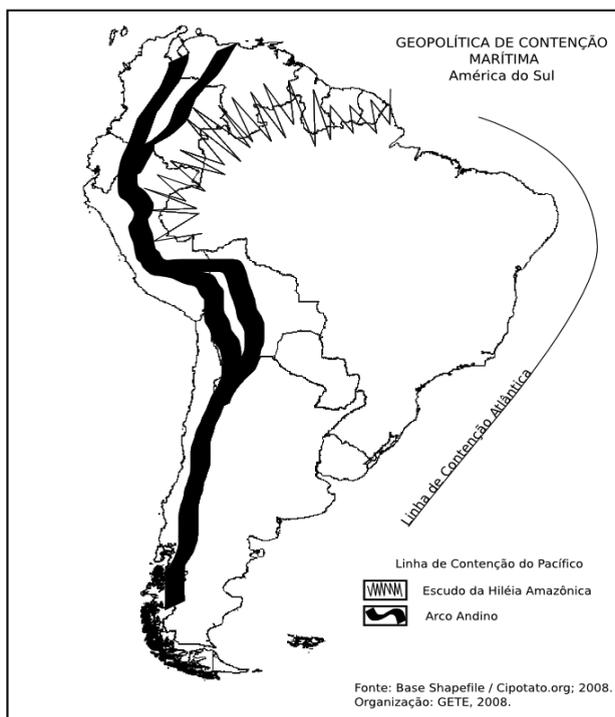
A grandiosidade amazônica sempre desafiou a soberania lusitana e depois brasileira, que em verdade nunca se sentiram seguros mesmo com a ocupação militar da foz do Amazonas. O discurso político dos "vazios demográficos" a ocupar justificaria as estratégias geopolíticas adotadas pelo Estado brasileiro para o espaço amazônico.

Dentre os geopolíticos militares, Meira Mattos defendia nos anos 1960 a proteção do espaço amazônico, que somente viria a constituir prioridade na política nacional de defesa com o deslocamento do conceito de "fronteiras-vivas" do Centro-Sul para o Norte, curiosamente realizada já nos governos civis. Pela mesma época, o general Golbery do Couto e Silva (1981, p. 108) esperava a ocupação do espaço amazônico a partir das bordas e da calha do Grande Rio, apesar de reconhecer as dificuldades impostas pela floresta equatorial à quaisquer forças invasoras: "*Estende-se aquela fronteira terrestre, em grande parte, através do deserto que a Hiléia domina como vasto cinturão protetor. Essas condições favoráveis de início é que asseguram o indispensável grau de imunidade a ações de conquista, mantidas em potência ou duração, provindas do exterior. É, de fato, a própria insularidade em proporções continentais.*"

8 Até hoje, as políticas de desenvolvimento regional continuam privilegiando as regiões periféricas para compensar os efeitos concentradores do mercado. O Centro-Oeste e Norte são, inclusive, as regiões de maior crescimento econômico nas últimas décadas. Reflexo disto, a participação das Regiões Norte e Centro-Oeste no total da população brasileira passou de 7,7% em 1962, para 11,3% em 1983 (IBGE); e em 2004 ambas já reuniam 14,9% da população brasileira.

No documento *Estratégia Nacional de Defesa* (2008), formulado no âmbito do Ministério da Defesa, que fornece as diretrizes básicas para a organização da defesa brasileira nas próximas décadas, aparece nitidamente essa influência do pensamento geopolítico oficial através das diversas referências à Amazônia e, ainda que mais timidamente, ao Centro-Oeste (especificamente à Bacia Paraná-Paraguai). Eventuais problemas para a diplomacia brasileira não estão afastados do horizonte próximo, pois nossos vizinhos podem perceber como irreconciliáveis essa política brasileira de maior vigilância das fronteiras amazônicas com o aprofundamento da cooperação regional através de organismos como o Conselho de Defesa Sul-Americano e a Unasul.

Além disto, o caráter impenetrável da Hiléia Amazônica, já percebido por Golbery, e a inacessibilidade do Altiplano boliviano-peruano representam dificuldades geográficas imensas à ocupação do território brasileiro por forças hostis vindas do Pacífico (Ver figura *Geopolítica de Contenção Marítima*). A *Estratégia Nacional de Defesa* reconhece apenas parcialmente estas condições geográficas específicas ao localizar cenários de guerras assimétricas no espaço amazônico, reduzindo as forças armadas brasileiras ao tacanho papel de organização guerrilheira.



Evidente que a proteção natural representada pelo Escudo da Hiléia Amazônica e pelo Arco Andino não significa a impossibilidade de que países vizinhos sirvam de cabeça-de-ponte para forças hostis extra-continentais. Entretanto, as estratégias de fortificação das linhas de fronteira baseadas em forças convencionais não poderão impedir quaisquer manobras neste sentido. Assim, o Projeto SIVAM parece poder fazer muito mais pela vigilância do espaço amazônico que a presença dispersa e isolada de destacamentos militares convencionais ao longo da fronteira (é preciso considerar que nem mesmo os Estados Unidos conseguem bancar os custos logísticos necessários para policiar as fronteiras com o México contra a imigração ilegal e o comércio de drogas).

Em síntese, adentramos ao século XXI com os mesmos objetivos da geopolítica oficial dos anos 60: completar o projeto de integração nacional através da incorporação do espaço amazônico. Mas tanto a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 quanto o pensamento geopolítico oficial brasileiro parecem querer evitar a consideração de que a questão da defesa depende cada vez mais de uma estratégia global, ainda mais que eventuais forças inimigas de países centrais podem usar pontos distantes da costa atlântica para atingir o território brasileiro se assim efetivamente o desejarem. E nestas condições, a defesa brasileira seria tão ineficiente quanto foi para deter o afundamento de navios mercantes na costa atlântica por submarinos alemães durante a Segunda Guerra Mundial.

Por fim, as políticas ambientais que hoje condicionam os empréstimos dos organismos financeiros internacionais tem afetado mais intensamente as estratégias de integração amazônica ao território nacional, e contra estas a fortificação de posições nas linhas fronteiriças dos anecúmenos de pouco adianta. Este assunto não é enfrentando seriamente nos novos documentos da política de defesa brasileira.

A Amazônia Azul

A almejada inserção ativa do país na vigilância do Atlântico Sul, enfaticamente perseguida desde os anos 1970 pelos geopolíticos militares, ainda não aconteceu quatro décadas depois. O discurso geopolítico oficial brasileiro durante o regime militar era de proteção das rotas comerciais sul-atlânticas pela Marinha Brasileira, que assim garantiria o estratégico petróleo que o Ocidente importava do Oriente Médio, libertando as forças ocidentais aliadas para sua es-

tratégia maior de contenção da influência do comunismo soviético. Esse discurso jamais convenceu os estadunidenses, nem mesmo quando estes estavam mais ocupados defendendo suas posições na Eurásia durante o auge da Guerra Fria.

Vale lembrar que as estratégias geopolíticas brasileiras mais audaciosas do período incluíam as ligações do Atlântico Sul com a África Ocidental (especialmente os países lusófonos) e sul do Caribe. Assim, para Meira Mattos a construção de um poder naval seria fundamental para assegurar ao país a expansão do mar territorial para 200 milhas e o controle das passagens atlânticas do Caribe, da África do Sul e do Estreito de Magalhães.

Ideia que, de certa forma, seria retomada nos governos civis através da proposta brasileira de criação de um organismo de defesa sul-atlântico, mas que não passou de retórica diante da impossibilidade de reunir os meios materiais de defesa necessários para tal projeto. Ainda mais recentemente, segundo a Estratégia Nacional de Defesa (2008, p. 13), a Marinha brasileira deverá se fazer presente na negação do uso do mar territorial às forças inimigas, na faixa de adensamento industrial de Santos a Vitória, na foz do Amazonas e nas grandes bacias do Amazonas e do Paraguai. Como se percebe, na política de defesa brasileira do século XXI apenas se retoma os limites regionais da projeção de poder naval imaginados pelos geopolíticos oficiais diante da condição periférica brasileira no ocidente.

As razões estruturais da “Geopolítica da Dependência”

No longo período da Guerra Fria, as hipóteses de projeção mundial de poder não foram mais seriamente aventadas pelos geopolíticos brasileiros, talvez à exceção de Meira Mattos, mas ainda assim de forma parcial. Havia, por assim dizer, um “comodismo” quanto à posição de dependência geopolítica brasileira dentro de uma “margem estratégica de tolerância” permitida pelos Estados Unidos (Cavagnari, 1999). A própria industrialização parcial e tardia brasileira refletia essa dependência de inversões de capitais e tecnologias externas, compreendida como dádiva da posição de aliado regional preferencial dos Estados Unidos. Sintetizando esse momento, o general Golbery do Couto e Silva (1967) falava em nome da defesa dos valores da “civilização ocidental-cristã” (leia-se Estados Unidos) contra o avanço do comunismo soviético, pregando uma participação mais efetiva do Brasil no sistema de defesa americano.

Com efeito, durante o século XX o desenvolvimentismo brasileiro alavancou uma “diplomacia comercial” baseada em uma cesta de produtos industrializados e voltada para países da América Latina, África e Oriente Médio (Silva, 2004). Efetivamente, o Brasil somente alcançou uma posição de *global trader* para *commodities* minerais e agrícolas, permanecendo um *regional trader* para produtos industrializados. Observando o processo de deslocalização de plantas industriais dos países centrais para países periféricos selecionados, esta estratégia foi batizada de “subimperialista”, por reproduzir em escala regional as estruturas de dependência das quais esses países são vítimas em âmbito mundial (Lacoste, 1988).

Mas a parceria Brasil – Estados Unidos também cedo começaria a “vazar água”, demonstrando os limites do projeto de desenvolvimento industrial brasileiro dependente da hegemonia estadunidense (Moniz Bandeira, 1999). Os revéses brasileiros ocorreram principalmente no Oriente Médio e na África; pois o amplo intercâmbio comercial e militar com os árabes foi baseado sobretudo na aproximação com o Iraque, profundamente afetado pelos boicotes ocidentais e quase extinto desde a invasão estadunidense em 2003; e o comércio com as nações africanas pouco evoluiu além da pauta “alimentos por petróleo”. Assim, a política comercial e externa brasileira mais autônoma estaria cedo novamente confinada aos limites geográficos do período imperial: a América do Sul.

Mas mesmo entre os países vizinhos a hegemonia econômica brasileira causa crescentes desconfortos. Afinal, a cooperação regional tem representado o fortalecimento do sistema financeiro e empresarial brasileiro, sem contrapartidas ao desenvolvimento daqueles países. O diplomata Samuel Pinheiro Guimarães (2005) destaca mesmo o retrocesso representado pelo Mercosul em relação aos acordos setoriais de complementação econômica originalmente assinados entre Brasil e Argentina (PICE), com o abandono da visão desenvolvimentista e de integração econômica para a adoção de uma agenda puramente comercial.

Não obstante, a agenda diplomática brasileira atual continua refletindo a geopolítica da dependência, preocupada em honrar os compromissos internacionais segundo a concepção de segurança dos países centrais. É emblemática a ratificação pelo congresso brasileiro, em 1998, do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), que limitou o programa nuclear militar ao reator a propulsão nuclear para submarinos; e a adesão do país ao Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), em 1994, que inviabilizaria a produção de mísseis balísticos

Considerações finais

O significado de uma Amazônia intocada para o desenvolvimento brasileiro será praticamente nulo. Os projetos de desenvolvimento sustentável baseados no manejo da floresta não podem garantir o progresso material para uma população que se aproxima dos 20 milhões de habitantes (considerado apenas o lado brasileiro ou da chamada Amazônia Legal). Os financiamentos dos projetos de desenvolvimento econômico da região foram praticamente congelados internacionalmente, não restando outra alternativa que não o uso de fontes de recursos nacionais. A “Geopolítica da Dependência” não tem as respostas a esse problema do desenvolvimento amazônico.

Quanto ao Atlântico Sul, sua importância para o Brasil se faz presente nos mais de 9 mil km de costa e na efetivação de cerca de 95% de seu comércio exterior. A reivindicação brasileira junto à ONU de extensão das águas jurisdicionais das atuais 200 milhas para 350 milhas implicaria num aumento da área territorial nacional de 3,5 milhões para 4,5 milhões de km², de modo a incorporar novos recursos pesqueiros e nódulos metálicos marinhos e, principalmente, novos megacampos de petróleo e gás natural.

Mas os interesses econômicos brasileiros se projetam não apenas pelo Atlântico Sul, e isto será tanto mais efetivo a medida em que o país for capaz de retornar ao curso do desenvolvimento industrial interrompido. Ao mesmo tempo, a redução da importância dos canais do Panamá e Suez para as novas classes de navios cargueiros e petroleiros recoloca em cena as velhas rotas marítimas da era dos descobrimentos; daí a necessidade de projeção dos interesses econômico e políticos brasileiros mundialmente, rompendo em definitivo com os limites geográficos impostos pelo pensamento geopolítico oficial e reafirmados nas políticas de defesa. Lamentavelmente, a intelectualidade brasileira ainda não foi capaz de fazer avançar o pensamento geopolítico para além dos temas geopolíticos tradicionais de defesa da Amazônia e do Atlântico Sul, e cada vez mais parece por demasiado ocupada com outras questões no que se refere à projeção de poder.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Papyrus, 2001.

BACKHAUSER, Everardo. *Geopolítica Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

- CARDOSO, Fernando H. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1969.
- CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. Brasil: a dimensão estratégica da potência regional. In: *Carta Internacional*, São Paulo, Funag/USP, n. 80, out. de 1999.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul, *Oikos* vol. 6, n.2, p. 77-105. Rio de Janeiro, 2007.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *Relações Brasil – Estados Unidos no contexto da Globalização: Rivalidade Emergente*. São Paulo: SENAC, 1999.
- OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.
- SILVA, Heloisa C. M. *Da substituição de importações à substituição de exportações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

Sítos

<http://www.defesa.gov.br>

<http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>

Cronologia do processo editorial

Recebimento do artigo: 06-nov-2009 | **Envio ao 1º avaliador:** 13-fev-2010 | **Envio ao 2º avaliador:** 13-fev-2010 | **Recebimento da 1ª avaliação:** 06-mar-2010 | **Recebimento da 2ª avaliação:** 12-mar-2010 | **Envio para revisão do autor:** 15-mar-2010 | **Recebimento do artigo revisado:** 21-mar-2010 | **Aceite:** 29-mar-2010.